

Draco 9 Energia SPE Ltda.

(em fase pré-operacional)

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025**

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório de revisão dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

Relatório da administração e exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Senhores acionistas, a Administração da Draco 9 Energia SPE Ltda., em cumprimento às suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais e contratuais vigentes, apresenta a V.S. as Demonstrações Financeiras acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. Ao encerrarmos o exercício de 2025, a Diretoria externa seu reconhecimento pelo apoio recebido da controladora Draco Holding Comercializadora S.A. bem como a todos os demais colaboradores por sua dedicação e empenho.

Arinos, 16 de março de 2026.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400 - Conjunto Térreo ao 801 – parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Quotistas e Diretores da
Draco 9 Energia SPE Ltda.**

Arinos - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Draco 9 Energia SPE Ltda. (Empresa) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Draco 9 Energia SPE Ltda. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações

financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



Daniel Aparecido da Silva Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

Draco 9 Energia SPE Ltda.**Balanco Patrimonial**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2025	2024	Passivo	Nota	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	8	20	58	Fornecedores	13	7.876	3.307
Contas a receber	9	14	-	Obrigações fiscais		46	60
Impostos a recuperar		285	7	Imposto de renda e contribuição social	18	-	5
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		8	-	Outras contas a pagar	13	191	246
Despesas antecipadas	10	598	-				
Total do ativo circulante		925	65	Total do passivo circulante		8.113	3.618
Imobilizado em andamento	11	147.251	17.810	Outras contas a pagar	13	-	458
Intangível	12	935	912	Total do passivo não circulante		-	458
Total do ativo não circulante		148.186	18.722	Patrimônio líquido	14		
				Capital social		141.044	14.690
				Lucros / (prejuízos) acumulados		(46)	21
				Total do patrimônio líquido		140.998	14.711
Total do ativo		149.111	18.787	Total do passivo e patrimônio líquido		149.111	18.787

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Draco 9 Energia SPE Ltda.

Demonstração do Resultado do Exercício
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receita Operacional Líquida	15	<u>14</u>	<u>-</u>
Lucro bruto		<u>14</u>	<u>-</u>
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	16	(68)	(24)
Outras receitas / despesas operacionais		<u>1</u>	<u>-</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>(53)</u>	<u>(24)</u>
Receitas financeiras	17	5	82
Despesas financeiras	17	<u>(18)</u>	<u>(3)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>(13)</u>	<u>79</u>
Resultado antes dos impostos		<u>(66)</u>	<u>55</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes:	18	<u>(1)</u>	<u>(20)</u>
(Prejuízo) / lucro líquido do exercício		<u><u>(67)</u></u>	<u><u>35</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Draco 9 Energia SPE Ltda.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
(Prejuízo) / lucro líquido do exercício	<u>(67)</u>	<u>35</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>(67)</u>	<u>35</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Draco 9 Energia SPE Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	<u>Capital subscrito</u>	<u>Capital a integralizar</u>	<u>Lucros / (prejuízos) acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023		<u>1</u>		<u>(14)</u>	<u>(13)</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	35	35
Integralização de capital	14 a	14.689	-	-	14.689
			0		
Saldos em 31 de dezembro de 2024		<u>14.690</u>		<u>21</u>	<u>14.711</u>
			-		
Subscrição de capital	14 a	18.007	(18.007)	-	-
Integralização de capital	14 a	126.354	-	-	126.354
Prejuízo do exercício		-	-	(67)	(67)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		<u>159.051</u>	<u>(18.007)</u>	<u>(46)</u>	<u>140.998</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Draco 9 Energia SPE Ltda.**Demonstrações dos fluxos de caixa**
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024*(Em milhares de Reais)*

	Nota	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
(Prejuízo) e lucro antes do imposto de renda e contribuição social		(66)	55
Redução (aumento) nos ativos operacionais:			
Contas a receber		(14)	1
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(8)	-
Impostos a recuperar		(278)	-
Despesas antecipadas		(598)	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		4.569	-
Obrigações fiscais		(14)	60
Outras contas a pagar		(513)	3
Caixa gerado pelas atividades operacionais		3.078	119
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	17	(6)	(22)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		3.072	97
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento			
Aquisição ao ativo intangível	12	(23)	(225)
Aquisição ao ativo imobilizado	11	(129.441)	(14.503)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(129.464)	(14.728)
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento			
Integralização de capital	14	126.354	14.689
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		126.354	14.689
(Redução) / aumento líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa		(38)	58
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8	58	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8	20	58
		(38)	58

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1 Contexto operacional

A Draco 9 Energia SPE Ltda., (“Empresa”) é uma SPE, constituída na forma de sociedade propósito específico domiciliada no Brasil, com sede na Cidade de Arinos, Estado de Minas Gerais, Fazenda Conquista, área rural, CEP 38.680-000. A controladora da Empresa é a Draco Holding Comercializadora S.A.

A Empresa foi constituída em 05 de outubro de 2023, a Empresa tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, implantação, operação comercial, manutenção e a exploração para Usinas Fotovoltaica de Geração de Energia Elétrica; comercialização da energia elétrica, bem como a prática de atos de comércio, relacionados a essas atividades; importação e exportação de equipamentos para Usinas Fotovoltaica de Geração de Energia Elétrica. Está cadastrada na Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, sob o CEG nº UFV.RS.MG.049444-5.01.

A Empresa recebeu autorização para geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica com potência total instalada de 48,2 MW por 35 anos, que compreende ao período de 8 de junho de 2022 a 8 de junho de 2057. A licença de exploração foi obtida da Shell do Brasil Ltda, conforme nota explicativa nº 12.

A Empresa é controlada pela Draco Holding Comercializadora S.A. que possui 100% das quotas da Empresa.

Atualmente a Empresa encontra-se em fase pré-operacional, com expectativa de entrar em operação no primeiro trimestre de 2026. Em 2025 a Empresa se encontra em período de geração de teste.

1.1 Aspectos relacionados aos indicadores financeiros

A Empresa apresentou capital circulante líquido negativo em 2025, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante de R\$ 7.188 (R\$ 3.553 em 31 de dezembro de 2024). Adicionalmente, a Empresa apresenta prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 no valor de R\$ 67 (lucro de R\$ 35 em 31 de dezembro de 2024).

O capital circulante negativo em 2025 deve-se, principalmente, aos saldos de fornecedores (conforme nota explicativa nº 12) em função da fase pré-operacional em que a Empresa se encontra e em função da construção da usina fotovoltaica (conforme nota explicativa nº 10).

Em 31 de dezembro de 2025, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Empresa em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 16 de março de 2026.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Empresa é o Real, e essas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos passivos e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Vida útil dos ativos tangíveis – Nota explicativa nº 11:** Refere-se a ativos de imobilizados em andamento, assim que o ativo atingir o estágio de conclusão previsto pela Administração, a depreciação será feita pelo método linear, com base nas taxas anuais. A vida útil dos ativos será determinada pela Administração com base na estimativa de tempo de geração de recurso que tal ativo espera prover;
- **Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment) – Nota explicativa nº 11:** Análise de eventos que possam indicar a perda do valor recuperável dos ativos reconhecidos até 31 de dezembro de 2025;
- **Intangível - nota explicativa nº 12:** Análise de eventos que possam indicar a perda do valor recuperável dos ativos reconhecidos até 31 de dezembro de 2025;
- **Instrumentos financeiros – Nota explicativa nº 20:** principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo.

5 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente para o exercício apresentado e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras.

a. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Empresa pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

b. Receita de contrato com cliente

Reconhecimento da receita

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve:

- a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente;
- a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato;
- a determinação do preço para cada tipo de transação;
- a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato;
- o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato seja em um determinado período, ou ao longo do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O principal critério de reconhecimento e mensuração da energia de teste é estabelecido com base na quantidade de energia entregue no ponto de verificação.

c. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Empresa compreendem:

- receita de juros; e
- despesa bancárias.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

d. Imposto de renda e contribuição social

Lucro presumido

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas as alíquotas de 8% e 12% respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente corresponde ao imposto a pagar estimado sobre a presunção do faturamento da Empresa. O montante dos impostos correntes a pagar são reconhecidos no balanço patrimonial como passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

e. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de construção, que inclui principalmente os custos de obtenções de licenças ambientais, serviços de construção e compra de equipamentos para montagem das usinas fotovoltaicas.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa.

(iii) Depreciação

A Empresa não possui despesas de depreciação, tendo em vista que se encontra em fase pré-operacional.

O imobilizado em andamento registrado pela Empresa corresponde aos gastos ocorridos até o momento para a obtenção de licenças, aquisição de equipamentos e contratação de serviço para a construção das usinas fotovoltaicas. Neste período de construção estes gastos ativados estão sujeitos apenas as eventuais reduções por perda do valor recuperável (*impairment*), caso sejam detectadas evidências substanciais de perda. A depreciação destes ativos iniciará assim que terminar o período de construção e os ativos estiverem nas condições pretendidas pela Administração.

A vida útil estimada da usina fotovoltaica, assim que concluída, será limitada ao prazo de autorização.

f. Ativos intangíveis

Inclui os direitos de acesso à Direito de Exploração - Outorgas.

Conforme determinado no CPC 04 – Ativo Intangível, correspondente ao IAS 38 – *Intangible Assets*, o Grupo deve reconhecer o Ativo Intangível quando do cumprimento das seguintes premissas:

(i) Ativo identificável

A Administração compreende que um ativo satisfaz o critério de identificação, em termos de definição do ativo intangível, quando:

- for separável, ou seja, puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, individualmente ou junto com um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso pela entidade; ou
- resultar de direitos contratuais ou direitos legais.

(ii) Controle

A Administração compreende que um ativo satisfaz o critério de controle do ativo quando detém o poder de obter benefícios econômicos futuros gerados pelo recurso subjacente e de restringir o acesso de terceiros a esses benefícios.

(iii) Benefício econômico futuro

A Administração compreende que um ativo satisfaz o critério de obter os benefícios econômicos futuros quando tais benefícios incluem a receita da venda de produtos ou serviços, redução de custos ou outros benefícios resultantes do uso do ativo pela entidade.

Após confirmado a consonância dos requerimentos de identificação de um ativo intangível, a Administração segue com o reconhecimento do Ativo Intangível.

(iv) Reconhecimento e mensuração

Os ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(v) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(vi) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

A Administração compreende como vida útil do Ativo de Direito de acesso à Rede Básica de Transmissão, o período da vigência deste direito corresponde ao prazo de autorização da operação, a contar a partir do início da operação comercial, previsto para outubro de 2025.

g. Instrumentos Financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Todos os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo acrescido dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

(i) Classificação e mensuração subsequente

Instrumentos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado:

- ao custo amortizado;
- ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado):

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

a) Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Empresa;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado).

b) Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

(a) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(ii) Desreconhecimento

a) Ativos financeiros

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

(b) Passivos financeiros

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

h. Redução ao valor recuperável (Impairment)

(ii) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Empresa avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Empresa não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Empresa para a recuperação dos valores devidos.

(iii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Empresa, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Os ativos não financeiros da Empresa encontram-se em construção e não apresentam indicativos que o valor contábil possa não ser recuperável.

i. Provisões

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for mais provável do que não provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

j. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Empresa tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Empresa.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Empresa requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Empresa mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Empresa utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Empresa mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação, ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Empresa determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo

para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

6 Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Empresa não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

a) IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis.

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Empresa ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Empresa, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Empresa também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’.

b) Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7);

- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

(a) Impacto da Lei Complementar nº 214/2025 (Reforma Tributária) nas Demonstrações Financeiras

Introdução:

A presente nota explicativa tem como objetivo detalhar os impactos potenciais da Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, que institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), nas demonstrações financeiras da Empresa. Embora a Lei Complementar nº 214/2025 tenha sido promulgada após o encerramento do exercício social de 31 de dezembro de 2025, seus efeitos são considerados eventos subsequentes que não ajustam as demonstrações financeiras, mas que requerem divulgação para uma compreensão completa da posição financeira e do desempenho futuro da Empresa.

Contexto da Lei Complementar nº 214/2025:

A Lei Complementar nº 214/2025 representa um marco significativo na reforma tributária brasileira, com a unificação de diversos tributos sobre o consumo. As principais mudanças introduzidas incluem a criação do IBS e da CBS, que substituirão o PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS, e a instituição do Imposto Seletivo sobre bens e serviços específicos. A implementação dessas novas regras tributárias ocorrerá de forma gradual, conforme cronograma estabelecido na própria lei e em regulamentações iniciando em 1º de janeiro de 2026 até 2032.

Impactos potenciais nas demonstrações financeiras individuais e operações futuras:

A promulgação da Lei Complementar nº 214/2025, embora posterior à data do balanço, terá implicações relevantes para a Empresa a partir de sua efetiva entrada em vigor. Os principais impactos esperados incluem, mas não se limitam a:

- **Revisão de preços e margens:** A alteração na estrutura tributária pode exigir uma revisão da política de preços de produtos e serviços da Empresa e investidas, bem como impactar suas margens de lucro, dependendo da capacidade de repasse dos novos encargos aos consumidores ou da otimização de custos.
- **Fluxo de caixa:** As mudanças nos regimes de apuração e recolhimento dos tributos podem afetar o fluxo de caixa da Empresa e investidas, exigindo ajustes no planejamento financeiro e na gestão de capital de giro.
- **Sistemas e processos internos:** A Empresa e investidas precisarão adaptar seus sistemas de gestão (ERP), processos contábeis e fiscais para atender às novas exigências da legislação, incluindo a emissão de documentos fiscais e a apuração dos novos tributos. Isso pode envolver investimentos em tecnologia e treinamento de pessoal.
- **Contratos e acordos comerciais:** Contratos de fornecimento, vendas e outros acordos comerciais podem necessitar de revisão para incorporar as novas disposições tributárias, especialmente aqueles que preveem cláusulas de reajuste ou repasse de impostos.

- **Análise de créditos tributários:** A transição para o novo sistema pode gerar a necessidade de análise e gestão de créditos tributários acumulados sob a legislação anterior, bem como a compreensão das novas regras para a apropriação de créditos de IBS e CBS.
- **Impacto no lucro líquido e patrimônio líquido:** As alterações na carga tributária e nos custos operacionais podem, em última instância, impactar o lucro líquido da Empresa e investidas e, conseqüentemente, seu patrimônio líquido.

No caso dos projetos estruturados sob contratos de compra e venda de energia (Power Purchase Agreements – PPAs), a Empresa conta, em regra, com cláusulas de equilíbrio econômico-financeiro que preveem mecanismos de recomposição em decorrência de alterações relevantes na legislação tributária. Tais cláusulas permitem, conforme o caso, o repasse dos impactos decorrentes da substituição dos tributos atuais pelo IBS e pela CBS, mitigando efeitos adversos sobre a rentabilidade originalmente contratada.

Medidas Adotadas e Próximos Passos:

A Empresa está monitorando ativamente a regulamentação da Lei Complementar nº 214/2025 e avalia detalhadamente seus impactos. Uma equipe multidisciplinar, composta por profissionais das áreas contábil, fiscal, jurídica e de negócios, está encarregada de:

- Realizar estudos aprofundados sobre as implicações da nova legislação para cada operação da Empresa
- Desenvolver planos de ação para a adaptação dos sistemas, processos e controles internos.
- Avaliar a necessidade de renegociação de contratos e acordos comerciais.
- Estimar os impactos financeiros e operacionais, incluindo projeções de fluxo de caixa e resultados.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Depósitos bancários (a)	20	58
Total	20	58

- (a) Inclui depósitos bancários disponíveis prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

8 Contas a receber

	2025	2024
Contas a receber de clientes – MCP – (a)	14	-
Total	14	-

(a) Referem-se ao período de energia de teste comercializado na CCEE no Mercado de Curto Prazo (MCP).

A Empresa entende não haver riscos de créditos com os recebíveis e, portanto, não reconheceu nenhum montante à título de expectativa de crédito de liquidação duvidosa, por não haver histórico de inadimplência com os títulos negociados no mercado de curto prazo. Adicionalmente, não são esperadas perdas e não há títulos vencidos.

9 Impostos a recuperar

	2025	2024
Adiantamento de impostos	285	7
Total	285	7

10 Despesas antecipadas

	2025	2024
Seguros antecipados	598	-
Total	598	-

Refere-se a saldo de seguros de obras a reconhecer.

11 Imobilizado em andamento

Conciliação do valor contábil

Custo de aquisição:	31/12/2023	Adições	31/12/2024	Adições	Cessão onerosa (b)	31/12/2025
Imobilizado em andamento (a)	-	17.810	17.810	111.385	18.056	147.251
Total do imobilizado	-	17.810	17.810	111.385	18.056	147.251

- (a) Refere-se a imobilizado em andamento para implementação do parque fotovoltaico.
(b) Durante o exercício de 2025, a Draco 1 Energia SPE Ltda. concentrou a compra de alguns ativos fixos para construção do parque fotovoltaico das empresas controladas pela Draco Holding Comercializadora S.A. O valor recebido pela Empresa foi de R\$ 18.056, os quais foram liquidados mediante transferência bancária.

Conforme previsto na política contábil de imobilizado constante na nota explicativa nº 5.d, a Empresa não reconheceu em 31 de dezembro de 2025 despesas com depreciação, tendo em vista que se encontra em construção.

Com base em fatores internos e externos, a Administração da Empresa não identificou qualquer fator que pudesse indicar perda do valor recuperável de seus ativos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

12 Intangível

	2025	2024
Custo		
Direito de exploração (outorgas)	935	912
Total	935	912

Direito de geração de energia fotovoltaica

Em 09 de fevereiro de 2024 a Empresa realizou a compra de outorgas obtidas pela Shell do Brasil Ltda., de modo a possibilitar a exploração de energia fotovoltaica. Desta forma, a obtenção de tais licenças exploração e mediante a aplicação da política descrita na nota explicativa nº 5.e, a Empresa reconheceu ativo intangível adquirido no montante de R\$ 912. Em 31 de dezembro de 2025 a Empresa registrou atualização monetária de 23 e o valor atualizado do ativo intangível é de R\$ 935, conforme movimentação detalhada abaixo:

	Intangível				
	Saldo em 31/12/2023	Adições	Saldo em 31/12/2024	Adições	Saldo em 31/12/2025
Outorga – Draco 9	-	912	912	23	935
Total:	-	912	912	23	935

A Empresa avaliou que em 31 de dezembro de 2025 não existem evidências de perda do valor recuperável de seu intangível.

13 Fornecedores e outras contas a pagar

O saldo de fornecedores e contas a pagar é representado por obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

	2025	2024
Fornecedores		
Contratação de serviços (a)	5.838	3.307
Fornecedor partes relacionadas (d)	2.038	-
Total de fornecedores	7.876	3.307
Outras contas a pagar		
Aquisição de outorga (b)	-	687
Outras provisões (c)	191	17
Total de outras contas a pagar	191	704

Total de fornecedores e outras contas a pagar	8.067	4.011
Circulante	8.067	3.553
Não circulante	-	458

- (a) Os saldos de materiais e serviços a pagar referem-se, basicamente, às aquisições de materiais e serviços necessários para o processo de construção da Usina Fotovoltaica.
- (b) Refere-se a aquisição de outorga da Shell do Brasil Ltda., conforme descrito na nota explicativa nº12.
- (c) Refere-se a serviços de auditoria.
- (d) Conforme detalhado na nota explicativa nº 20

A informação sobre a exposição da Empresa aos riscos de moeda e de liquidez relacionados a fornecedores e outras contas a pagar encontram-se divulgados na nota explicativa nº 19.

14 Patrimônio líquido

a. Capital Social subscrito

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito da Empresa é de R\$ 159.051 e integralizado é de R\$ 141.044 (R\$ 14.689 em 31 de dezembro de 2024), representado por 159.051 mil quotas (14.690 mil quotas em 31 de dezembro de 2024), nominativas e sem valor nominal. O capital social a integralizar é de R\$ 18.007

Ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Empresa subscreveu capital social de R\$ 144.361 e integralizou R\$ 126.354 (R\$ 14.689 em 31 de dezembro de 2024), por meio de transferência bancária realizada de sua controladora.

b. Lucros e (prejuízos) acumulados

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Empresa mantém prejuízos acumulados no montante de R\$46 (lucro de R\$21 em 31 de dezembro de 2024).

15 Receita operacional líquida

A Empresa gera receita apenas pela venda de energia elétrica gerada pelas usinas fotovoltaicas.

	2025	2024
Receita contrato de energia (ACL) (a)	15	-
Total	15	-
Impostos sobre venda	(1)	-
Total da receita operacional líquida	14	-

- a) Refere-se a receita de energia de teste.

16 Despesas gerais e administrativas

	2025	2024
Despesas de auditoria e serviços administrativos	(68)	(24)
Total	(68)	(24)

17 Receitas e despesas financeiras

	2025	2024
Receita financeira		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	5	82
	5	82
Despesa financeira		
Despesas bancárias	(15)	(3)
Outras despesas	(3)	-
	(18)	(3)
Resultado financeiro, líquido	(13)	79

18 Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2025 o montante remanescente a pagar do Imposto de Renda e Contribuição Social é de R\$0 (R\$ 5 em 31 de dezembro de 2024). A conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas debitada em resultado é demonstrada como segue:

Apuração pelo lucro presumido

	2025	2024
Receita bruta	14	-
Presunção do imposto de renda - 8%	1	-
Presunção da contribuição social - 12%	2	-
Demais receitas – (a)	5	82
	6	82
Base de cálculo do IRPJ (a)	6	82
Imposto de renda a alíquota de 15%	(1)	(13)
	(1)	(10)
Total IRPJ	(1)	(10)
Base de cálculo da CSLL (a)	7	82
Contribuição social a alíquota de 9%	(1)	(7)
	(1)	(20)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(1)	(20)
Alíquota efetiva (*)	1%	24%

(*) A alíquota efetiva corresponde a despesa de imposto de renda e contribuição social dividida pela soma da Receita financeira (a) e demais receitas (b).

(i) Conforme nota explicativa nº 16.

19 Partes relacionadas

a. Controladora e controladora final

A controladora direta é a Draco Holding Comercializadora S.A. e o controlador final é GIP Hélios Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia.

b. Remuneração do pessoal chave da Administração

O pessoal-chave da Administração refere-se os diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da Administração, por seus serviços é representada por salários e outros benefícios de curto prazo. Para o exercício de 2025 e 2024 não foram fixadas remunerações. Todos os pagamentos foram realizados pela Atlas Brasil Comercializadora de Energia S.A.

c. Operações com partes relacionadas

	Contas a Pagar (a)	
	2025	2024
<i><u>Operações intercompany – Nacional</u></i>		
Atlas Brasil Comercializadora de Energia S.A.	2.038	-
Total	2.038	-

(a) Conforme nota explicativa nº 12.

20 Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

a) Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Como o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se aproximam do valor contábil não foi incluído informações sobre o valor justos desses instrumentos financeiros.

	Nota	2025 - Valor contábil		2024 - Valor contábil	
		Valor justo através do resultado	Custo Amortizado	Valor justo através do resultado	Custo Amortizado
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	7	-	20	-	58
Contas a receber	8	-	14	-	-
Total		-	34	-	58

Passivos					
Fornecedores	13	-	7.876	-	3.307
Outras contas a pagar	13	-	191	-	704
Total		-	8.067	-	4.011

		<u>2025 - Valor contábil e valor justo</u>		<u>2024 - Valor contábil e valor justo</u>	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Nível hierárquico do valor justo					
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	20	20	58	58
Contas a receber	Nível 2	14	14	-	-
Total		34	34	58	58
Passivos					
Fornecedores	Nível 2	7.876	7.876	7.876	7.876
Outras contas a pagar	Nível 2	191	191	191	191
Total		8.067	8.067	8.067	8.067

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo financeiro, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** – *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços); e
- **Nível 3** - *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre nível 1, 2 tampouco com o nível 3.

b) Gerenciamento de risco financeiro

A Empresa possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Empresa são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Empresa está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de

gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades a Empresa. A Empresa por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

i. Risco de crédito

	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	20	58
Contas a receber	14	-
Total	34	58

Risco de crédito é o risco de a Empresa incorrer em perdas financeiras caso uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente de instrumentos financeiros da Empresa.

De modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, a Empresa centraliza suas operações apenas em instituições de primeira linha. a Empresa prioriza investimentos de curtíssimo prazo para obter o máximo de rendimento e máxima liquidez frente aos passivos contraídos

ii. Risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais.

31 de dezembro de 2025

	Valor Contábil	Fluxos de caixa contratuais				
		Total	1 ano ou menos	2 - 5 anos	5 – 10 Anos	Mais que 10 anos
Passivos financeiros						
Fornecedores	6.029	6.029	-	-	-	-
Outras contas a pagar	-	-	-	-	-	-
	6.029	6.029				

31 de dezembro de 2024

	Valor Contábil	Fluxos de caixa contratuais				Mais que 10 anos
		Total	1 ano ou menos	2 - 5 anos	5 - 10 Anos	
Passivos financeiros						
Fornecedores	3.317	3.317	3.317	-	-	-
Outras contas a pagar	704	704	246	458	-	-
	4.021	4.021	3.563	458	-	-

iii. *Risco de mercado*

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Empresa ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

21 Contingências

A Empresa não possui em 31 de dezembro de 2025 e 2024 contingências passivas com avaliação de risco de perda provável ou possível.

22 Informações complementares aos fluxos de caixa

a) Informações suplementares

Transações que não envolvem caixa:

	Nota	2025	2024
Aquisição de ativo imobilizado	8	-	(3.307)
Aquisição de intangível	9	-	(687)
Fornecedores	10	-	3.307
Outras contas a pagar	10	-	687

23 Compromissos futuros

A seguir são divulgados os principais compromissos da Empresa para os anos subsequentes.

	2026	2027	2028	2029	Acima de 2030	Total
TUST/TUSD (a)	3.084	3.098	2.827	2.751	123.351	135.111
Seguros e garantias (b)	400	416	431	446	19.936	21.629
Contratos de (O&M) (c)	803	858	961	994	36.493	40.109
Arrendamento (d)	269	279	290	301	14.186	15.325
Outros (e)	57	30	70	47	25.442	25.646
Total	4.613	4.681	4.579	4.539	219.408	237.820

a) Encargos devido ao uso do sistema de transmissão (CUST/TUSD)

Durante toda a operação dos projetos, a Empresa irá incorrer com gastos referentes aos encargos por uso do sistema de transmissão, objeto dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) e Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) para empreendimentos conectados na rede de transmissão.

Para o ano de 2026 os encargos foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2026/2027 (julho/25 a junho/26) para projetos conectados na rede de transmissão, sem a utilização de correção/reajuste nas tarifas para os meses.

Para os anos a partir de 2026 os encargos também foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2025/2026.

b) Seguros e garantias

A Empresa possui contratos de seguros e garantias para manutenção e asseguaração das plantas fotovoltaicas.

c) Contratos de Operação e Manutenção (O&M)

A Empresa possui contratos com fornecedores para manutenção das plantas fotovoltaicas.

d) Arrendamentos

A Empresa possui contratos de arrendamento dos terrenos pertinentes a utilização para instalação do parque fotovoltaico.

e) Outros

A Empresa possui outros contratos que possivelmente incorrerão em despesas futuras, como, despesas intercompany, serviços profissionais, despesas bancárias, responsabilidade social e custos e despesas ambientais.

24 Eventos subsequentes

- (a) Em 02 de fevereiro de 2026 a Empresa entrou em operação comercial e inicia seu fornecimento de geração de energia no ambiente de comercialização livre (ACL).
- (b) Em 9 de fevereiro de 2026, por meio de ata de reunião de sócios, foi aprovada a proposta de redução do capital social da Empresa em R\$ 1.451, mediante cancelamento de 1.450.773 quotas, por ser excessivo em relação ao objeto social.

Manoel de Andrade Lira Neto
Diretor
CPF: 666.153.054-53

Julio Roberto Baruchi
Contador
CRC: 1SP206243/O-5
CPF: 008.175.478-78

* * *